

AS PUBLICISTAS¹ NO SÉCULO XIX: O GERMINAR DAS IDEIAS
REPUBLICANAS NO NORDESTE BRASILEIRO²

*LOS PUBLICISTAS EN EL SIGLO XIX: LA GERMINACION DE LAS IDEAS
REPUBLICANAS EN EL NORDESTE DE BRASIL*

*THE PUBLICISTS IN THE NINETEENTH CENTURY: THE GERMINATION OF
REPUBLICAN IDEAS IN BRAZILIAN NORTHEASTERN*



Fernanda Daniella de França BEZERRIL
e-mail: fernandafrancaes@gmail.com



Charlton José dos Santos MACHADO
e-mail: charltonlara@yahoo.com.br



Fabiana SENA
e-mail: fabianasena@yahoo.com.br



Isabela Nathália Nunes TRISTÃO
e-mail: tristaoisabela@gmail.com

Como referenciar este artigo:

BEZERRIL, F. D. de F.; SENA, F.; TRISTÃO, I. N. N. As publicistas no século XIX: O germinar das ideias republicanas no nordeste brasileiro. **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 00, e023024, 2023. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v13i00.16928>



| Submetido em: 27/03/2023
| Revisões requeridas em: 13/06/2023
| Aprovado em: 11/09/2023
| Publicado em: 23/12/2023

Editor: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ O termo publicista aqui é tomado a partir da ideia daquelas que se propunham a publicizar suas ideias e pensamentos por meio de publicações em jornais e revistas da época.

² Este artigo é resultado da pesquisa intitulada “A educação na imprensa da paraíba entre a transição do império e da república (1884-1894)”, referente ao EDITAL Nº 09/2021 DEMANDA UNIVERSAL – FAPESQ/PB, tendo como coordenadora Profa. Dra. Fabiana Sena, os demais autores são pesquisadores do projeto.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a escrita de mulheres nos jornais das províncias da Paraíba e Pernambuco, onde as mulheres deram início ao processo de criação do espaço público feminino para suas ideias republicanas. Para tanto, este estudo está inscrito na abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural. Os jornais pesquisados para este trabalho se encontram no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, localizado no Centro da cidade de João Pessoa. Estes foram compreendidos como objeto da cultura escrita de um determinado tempo e lugar, atentando para suas práticas de que são provenientes. Assim, a participação das mulheres nos jornais do XIX mostra como essas publicistas trabalhavam no propósito de emancipar as mulheres dos limites patriarcais. A imprensa lhes serviu como espaço de tribuna, lugar onde é possível compreender uma comunidade de leitoras, dando visibilidade ao que escreviam ou pensavam em uma determinada época e lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. República. Século XIX.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo presentar la escritura femenina en los periódicos de las provincias de Paraíba y Pernambuco, cuyas mujeres iniciaron el proceso de creación de un espacio público femenino para sus ideas republicanas. Para ello, este estudio se inscribe en el enfoque teórico-metodológico de la Nueva Historia Cultural. Los periódicos investigados para este estudio se encuentran en el Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, situado en el Centro de la ciudad de João Pessoa. Fueron entendidos como objetos de la cultura escrita de un determinado tiempo y lugar, prestando atención a las prácticas de las que proceden. Así, la participación de las mujeres en los periódicos del siglo XIX muestra cómo estas publicistas trabajaban con el propósito de emancipar a las mujeres de los límites patriarcales. La prensa les sirvió como espacio tribunicio, un lugar donde es posible entender una comunidad de lectoras, dando visibilidad a lo que escribían o pensaban en un determinado tiempo y lugar.

PALABRAS CLAVE: Mujeres. República. Siglo XIX.

ABSTRACT: This study aims to present the writing of women in the newspapers of the provinces of Paraíba and Pernambuco, where women initiated the process of creating a female public space for their republican ideas. Therefore, this study is inscribed within the theoretical-methodological approach of New Cultural History. The newspapers researched for this work are located at the Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, situated in the downtown area of João Pessoa. These newspapers were understood as objects of the written culture of a specific time and place, paying attention to their originating practices. Thus, women's participation in 19th-century newspapers shows how these female publicists worked with the aim of emancipating women from patriarchal constraints. The press served as a platform for them, a place where it was possible to understand a community of female readers, giving visibility to what they wrote or thought at a particular time and place.

KEYWORDS: Women. Republic. 19th Century.

Introdução

Se me perguntassem o que acho que se deva principalmente atribuir à prosperidade singular e a força crescente desse povo, responderei que é a superioridade de suas mulheres (TOCQUEVILLE, 2000, p. 265).

Neste trabalho, buscamos expor a escrita de algumas mulheres nos jornais, *Arauto Parahybano*³, *O Emancipador*⁴ e *Verdade*⁵, as quais iniciaram o processo de criação de um espaço público feminino por meio de suas ideias republicanas, nas províncias do Norte do país, Paraíba e Pernambuco.

Nesse sentido, significa refletir também sobre as mulheres que protagonizaram ideias por meio dos escritos nos citados jornais, considerando que elas eram alvo central de um processo educativo e “civilizador” nas sociedades letradas do XIX. Sendo assim, inevitavelmente, o estudo nos remete a seguinte problemática: Como a escrita dessas mulheres nos impressos analisados possibilitou a conjugação das ideias republicanas com movimentos de rupturas aos limites sociais e culturais reservados para seu sexo?

Para tanto, esboçaremos alguns elementos históricos que permitem acompanhar o processo de formação da *mulher-cidadã*, membro ativo e autônomo da soberania do corpo político. Discutimos esta nova situação social em que as mulheres passam a ser figuras atuantes em um novo processo de contrato social,⁶ entendendo seu papel no contexto de sua organização primária.

Nesse cenário histórico nacional, torna-se necessário inicialmente reconhecer que a sociedade estava altamente estratificada entre homens e mulheres, baseada no patriarcalismo. Curiosamente, no campo da educação feminina, ela abrangia todas as classes sociais, não chegando muitas vezes a diferenciar as condições de analfabetismo entre a senhora e a escrava. Ou seja, em regra, reforçava-se o *status* de inferioridade intelectual da mulher na estrutura da família patriarcal, de modo que, desde cedo, elas eram treinadas prioritariamente para desempenhar o papel de mãe e as conhecidas prendas domésticas. Não à toa, passava a ser recorrente nos espaços letrados, a exemplo da imprensa e da academia, o debate sobre cidadania

³ Periódico abolicionista, com 16 exemplares avulsos cadastrados no IHGP, todos do ano de 1888.

⁴ Jornal do grupo se constituía como órgão da “Emancipadora Parahybana” (grupo abolicionista), esta registrada no IHGP a presença de quatro exemplares avulsos que contemplam o período de 1882-1883.

⁵ Jornal situado na cidade de Areia, brejo paraibano, órgão abolicionista, com um único exemplar registrado no IHGP, no ano de 1888.

⁶ Pateman (1993, p. 17) critica a ideia de contrato original, que excluiu às mulheres do campo da política, criando o campo da liberdade e da dominação, pois para a autora “o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a meta de perda da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato”.

emancipatória da mulher em contraposição aos conceitos tradicionalmente calcados numa certa missão natural do feminino (ALVES, 1980).

Mas voltemos à epígrafe acima, pois ela demonstra o quão as mulheres eram parte fundamental do processo de fortalecimento de uma nação. No caso do Brasil, o processo de formação da nação ainda estava se constituindo lentamente a partir do século XIX.

Entre os jornais que circulavam no século XIX, havia aqueles voltados para o público feminino (SENA; MACHADO, 2014; SENA; CRUZ, 2012; CASADEI, 2011; ROCHA NETO, 2008; LIMA, 2007; CARVALHO, 2006), de modo que em suas páginas se viam a possibilidade de se compreenderem os papéis destinados às mulheres naquele período. Geralmente, estes veículos buscavam “ilustrar” a mãe de família, apresentavam moldes de roupas ou receitas culinárias, ou então reproduziam o que se convencionou denominar de literatura “barata”, os romances. Também havia jornais escritos por mulheres. Entre estes, procuramos destacar aqueles que evidenciam um posicionamento militante na configuração da ideia de cidadania feminina. Alguns desses jornais se envolveram na campanha abolicionista e republicana, sendo usados como expressão da reivindicação de direitos políticos igualitários, como o direito ao voto.

Ao tomarmos a imprensa feminina como objeto e fonte de pesquisa, faz-se necessário,

Consideramos, portanto, que os jornais do século XIX se apresentam como instrumentos de representação social por oferecerem pistas para a compreensão de como uma sociedade se comportava naquela época. Neles estão contidos elementos para o entendimento de seus costumes, suas ideologias, seus hábitos, forma de vida e costumes. No que diz respeito aos jornais femininos, estes se configuram como relevantes fontes de pesquisa para quem se interessa pelo papel da mulher dentro da sociedade de um determinado período, bem como busca compreender as relações sociais entre os indivíduos (SENA; CRUZ, 2012, p. 69).

Os jornais pesquisados, *Arauto da Parahyba*, *O Emancipador* e *Verdade*, para este estudo se encontram no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, localizado no Centro da cidade de João Pessoa. Estes foram compreendidos como objeto da cultura escrita de um determinado tempo e lugar, atentando para suas práticas de que são provenientes.

A partir dessa compreensão, este trabalho está inscrito na abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, a qual tem considerado os usos da escrita como uma fonte bastante significativa para compreender como comunidades ou indivíduos constroem suas representações de mundo e as revestem de significação (CHARTIER, 1999).

As mulheres na imprensa

A atuação das mulheres na imprensa começa, ainda no século XVII, por meio da publicação de textos para o entretenimento feminino. O primeiro jornal feminino, o *Lady's Mercury*, foi fundado em 1693, na Inglaterra e exerceu um papel de “consultório sentimental” para as mulheres da nobreza. A partir de então, os jornais femininos se espalharam pelo mundo, de modo que as alemãs inseriram o horóscopo, as italianas compartilharam modelos de tricô e começaram a escrever “colunas de teor católico”, dando destaque à figura materna.

Da França surge o modelo de jornal feminino que mais crescerá ao longo do século XIX, o jornal literário. Em 1759, o público entra em contato com o *Journal des Dames*, que reenvia contos, poesias, críticas de livros e peças teatrais escritas tanto por mulheres quanto por homens (OLIVEIRA, 2009, p. 06).

A França foi um dos principais países responsáveis pela “difusão de periódicos femininos nas Américas”, especialmente no Brasil. Nos Estados Unidos da América, em 1828, surgiu a *Ladie's Magazine*, a primeira revista editada por uma mulher, Sara Joseph Hale, considerada uma das primeiras publicistas estadunidenses.

De acordo com Sena e Cruz (2012, p. 68), “No Brasil, a imprensa feminina emergiu apenas na década de 20 do século XIX, na província do Rio de Janeiro, com a publicação d’*O Espelho Diamantino* em 1827. Em 1829, surgiu o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), publicado na província de Minas Gerais”. Em 1852, foi publicado no Brasil o primeiro jornal genuinamente feminino, o *Jornal das Senhoras*,⁷ fundado pela baiana Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco.⁸ Segundo Sodré (1983), a mulher começava a se libertar da clausura colonial e passava, agora, a ocupar espaços nos salões e, até mesmo, nas ruas. Com isto, a busca por um tipo de periódico específico para elas foi ganhando força, inicialmente como “literatura amena de pura fantasia, sem nenhum fundamento na realidade” (SODRÉ, 1983, p. 198). Em seguida, a moda passou a ser tema recorrente nos jornais destinados às

⁷ Há um impasse sobre a verdadeira fundadora desse jornal. Em alguns locais, Violante Atabalipa é apontada como fundadora – assim consta nos registros da Biblioteca Nacional. Não obstante, para alguns autores, é a argentina Joana Paulla Manso de Noronha que aparece como fundadora (COSTA, 2007, p. 133).

⁸ Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco nasceu na Bahia, em 1º de dezembro de 1817, e faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1875. Era filha de Diogo Soares da Silva Bivar e de Violante Lima de Bivar. Seu pai foi membro do Conselho Imperial e primeiro presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, além de redator do jornal *Idade d’Ouro do Brasil* e da primeira revista nacional, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*. Violante dirigiu o *Jornal das Senhoras* até 1855 e foi considerada a primeira jornalista brasileira por Joaquim Manuel de Macedo. A autora defendia igualdade intelectual entre os sexos e fundou, em 1873, outro periódico semelhante ao *Jornal das Senhoras*, *O Domingo* (COSTA, 2007, p. 133).

senhoras, o que não impediu que as reivindicações dessas mulheres aumentassem à medida que passaram a participar da vida pública, fora do ambiente doméstico. Para Buitoni, essa tendência de jornalismo no século XIX pode assim ser definida:

[...] a tradicional, que não permite a liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades femininas; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase a educação (BUITONI, 2019, p. 47).

No *Jornal das Senhoras*, pode-se ver, em quase todas as edições, brindes destinados às mulheres, muitas vezes moldes de roupa caracterizando as tendências da época. Além de temas relacionados à moda e à poesia, o jornal de número 01 traz uma tentativa de definir o que viria a ser a Mulher. E nessa tentativa de definição conclui:

Reformace a sua educação moral; deixem os homens de considerá-la sua propriedade.
Seja o que Deos a fez: ser que pensa e não coisa que se muda de logar sem ser consultada; e então quando assim for fallaremos.
Entretanto este jornal dedicado exclusivamente às Senhoras tratará desses direitos e dessa educação, cuja principal tendência é a emancipação moral da mulher⁹ (JORNAL DAS SENHORAS, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1852).

Isso posto, apresenta que elas foram em busca de novas conquistas, não bastando discutir moda e literatura “amena”, mas também reivindicando uma melhor educação. Assim, na vanguarda dessas mobilizações, algumas mulheres letradas, sintonizadas com a temperatura cultural da época, já ensaiavam no século XIX, mesmo que timidamente, uma crítica ao modelo do feminino confinado na esfera doméstica e no culto à maternidade.

Nesta época, segundo Costa (2007), tinha-se como ideia dominante aquela apresentada pelo cronista francês Charles d’Epilly, que dizia: “uma mulher já seria suficiente alfabetizada se soubesse ler receitas de goiabada; mais que isso seria perigoso” (p. 132). Apesar da situação apresentada, vários foram os jornais, no entanto, dedicados ao público de leitoras. Em 1827, organizava-se o primeiro periódico brasileiro dedicado às mulheres, *O Espelho Diamantino*, conforme apontado anteriormente, inicialmente produzido e em circulação nas Minas Gerais, depois transferido para o Rio de Janeiro, onde teve seus primeiros números republicados. Nas páginas desse jornal, discutia-se, sobretudo, a questão da educação feminina, assim como, no mesmo ano, ficou conhecida a primeira legislação referente à instrução das meninas, admitindo seu ingresso no ensino elementar. O exemplo desse jornal logo foi seguido, em Minas Gerais,

⁹Tom I. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700096/per700096_1852_00001.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

com o *Mentor das Brasileiras*, de 1829; na Bahia, com *O Despertador das Brasileiras* e, em São Paulo, com o *Manual das Brasileiras*, estes dois últimos de 1830.

Mesmo longe da Corte, a publicação desses jornais voltados para o público feminino ganhava força, o que pode ser verificado com o surgimento de títulos como: *O Espelho das Brasileiras*, de 1831; o *Jornal das Variedades*, de 1835; o *Relator de Novellas*, de 1838 e o *Espelho das Bellas*, de 1841, este publicado com a epígrafe: “nada é belo, nada é amável, sem modéstia e sem virtude” (COSTA, 2007, p. 132), o que demonstrava uma concepção de jornal para a melhor formação do belo, no caso, do belo sexo. Todos esses jornais estavam em circulação na cidade de Recife. Em 1860, surgiu nessa mesma cidade o *Bello Sexo*. É importante ressaltar que esses jornais, até então, tinham sido editados por homens, apenas no final do século XIX é que teremos as mulheres escrevendo ativamente, por isso a importância e o pioneirismo do *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852, no Rio de Janeiro, visando “propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (COELHO, [21--], on-line).

Pouco depois, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar ocupava-se no Rio de Janeiro de *O Bello Sexo*,¹⁰ jornal que pretendia provocar a manifestação feminina na imprensa, logo seguido pelo *O Sexo Feminino*, de 1875, fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, mulher influente convidada para ser professora na Corte, onde instalou o jornal (COELHO, [21--], on-line). Esta última se notabilizou como uma das primeiras brasileiras a defender os direitos à instrução e ao voto feminino (NASCIMENTO, 2009).

Essa crescente produção e circulação de jornais voltados para as mulheres houve em razão de se ter público, pois de acordo com Chartier (1999, p. 11), “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado”. E no caso das mulheres, havia o significado de se colocar cada vez mais presente e atuante numa sociedade patriarcal. Ainda de acordo com esse autor, essa comunidade de leitoras a partir dos jornais destinados a elas pode ser compreendida por meio da “instauração de uma alteridade que fundamenta a busca subjetiva” (CHARTIER, 1999, p. 14) e outros momentos da leitura.

Em outros momentos, as mulheres escritoras em jornais passaram “despercebidas”, sem estamparem seus nomes em suas páginas. Um exemplo foi Corina de Vivalde, filha de Carlos Vivalde, que escrevia nos periódicos dirigidos por seu pai, *Ilustração do Brasil e South*

¹⁰ O *Bello Sexo* aparece em duas referências diferentes, uma a firma ser ele um jornal editado em Pernambuco, em outra, editado no Rio de Janeiro. Não ficou claro se são dois jornais com o mesmo nome ou se foi erro de algum dos autores (COSTA, 2007; MUZART, 2003).

American Mail. Corina “dirigiu a *Ilustração Popular*, colaborou na *Folha Nova*, de Manoel Carneiro, na *Gazetinha*; foi redatora, em 1888, do jornal de José do Patrocínio, na *Cidade do Rio*” (SODRÉ, 1983, p. 222) e, mesmo depois de casada com Visconti Coaracy, continuou a escrever e a colaborar em vários jornais da época.

A ocultação da autoria dos textos das mulheres era uma imposição do redator do jornal. Tal submissão a esse imperativo, de certo modo, fazia que com os textos das mulheres circulassem entre o público, embora se reconhecesse que “não [fosse] garantido que o regime de anonimato [(dissimulado, fantasiado, usurpado)] seja quem comanda a produção dos enunciados” (CHARTIER, 1999, p.57).

Até que a letra da lei referendasse a participação das mulheres na vida política brasileira, muito aconteceu em torno de sua mobilização. Uma “opinião pública” atenta à chamada “questão feminina” gestava-se ainda no Império e nas primeiras décadas republicanas, fazendo proliferar os jornais e as associações ocupadas em discutir o lugar da mulher na vida pública nacional. Não à toa, era comum aparecer na imprensa da época o repertório de críticas ao movimento que, segundo expoentes mais conservadores, visava afastar a mulher dos deveres domésticos, do cuidado ao marido e da formação dos filhos, funções legitimadas pela ciência, religião e Estado.

Não foi sem propósito que as mulheres enfrentaram dificuldades em sua busca por educação, pois as reivindicações iam paulatinamente mais além. Desse modo, segundo a historiadora Branca Moreira Alves, a luta pelo sufrágio feminino como movimento organizado partia da premissa que:

O primeiro passo, portanto, estava na educação. Diante do obstáculo enorme oferecido pela ignorância das mulheres, que vinha reforçar ainda mais seu isolamento e as limitações de sua vida, o voto e a participação política não teriam sentido (ALVES, 1980, p. 89).

O lugar da escrita dessas mulheres

A região que hoje chamamos de Nordeste¹¹ foi um “fértil celeiro” da imprensa feminina no século XIX. As mulheres passaram a publicar artigos, poemas e contos que tratavam de vários temas do dito “universo feminino” e ainda sobre questões como a abolição e a República, “visando uma maior participação nas áreas da educação, da profissionalização e da política”, traduzindo “não somente as inquietações das mulheres sobre a condição feminina, mas também o momento político nacional” (MUZART, 2003, p. 227-228).

O debate iniciado por estas mulheres¹² das províncias do Norte, como eram referidas, reflete a efervescência das ideias políticas, revolucionárias e progressistas, que eram produzidas na região. Desse modo, aproveitavam os poucos espaços na imprensa para dar visibilidade às questões que estavam no foco de seus interesses, tais como: educação, acesso às letras, participação política em defesa das causas abolicionistas. Ademais, essa comunidade de leitoras estava no horizonte de “cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada” (CHARTIER, 1999, p. 16-17). Nesse sentido, não bastava debater/escrever/publicar por meio da imprensa temas de interesses das mulheres, mas compreender que tais escritos dependem das formas que atingem as suas leitoras, pois “a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos” (CHARTIER, 1999, p. 13).

Embora a maioria dos estudos sobre a imprensa feminina no século XIX concentre sua atenção nos veículos que circularam na Corte, o acompanhamento dos periódicos publicados nas províncias nordestinas, como os que se configuraram na Paraíba, demonstra um significativo debate sobre os direitos das mulheres e a construção da nação na região. Além disso, há uma expectativa de inserção no debate nacional sobre o tema. Neste sentido, Evaldo Cabral de Mello afirma que “a fundação do Império é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro” (MELLO, 2004, p. 11).

¹¹ Segundo Schwarcz e Starling (2020): a região que hoje conhecemos por Nordeste se separou do Norte na década de 1920 e, finalmente, obteve a certidão de nascimento em 1942, na primeira divisão regional criada por Vargas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Leste) durante o Estado Novo. Embora esse termo possa parecer anacrônico para o século XIX, utilizo-o para delimitar o espaço geográfico atual, pois compreendo, a partir de Albuquerque Júnior (2009, p. 51), que “o Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. “O espaço “natural” do antigo Norte cederá lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste, já prenunciada nos engenhos mecânicos ciclôpicos usados nas obras contra as secas, no final da década anterior”.

¹² Referimo-nos às mulheres da elite local, que foram alfabetizadas e letradas e que conseguiram espaços de expressão social.

Ensaando uma emancipação

Uma “anonyma parahybana” assinava, no *Arauto Parahybano*, de 20 de maio de 1888, artigo comemorativo da abolição.¹³ Algumas dessas mulheres empenhadas em construir uma opinião pública feminina muitas vezes associaram suas reivindicações emancipatórias à luta pelo fim da escravidão no país.

A década de 1880 foi, de fato, marcada pelas discussões em torno do abolicionismo, que vinha ganhando amplo espaço, repercutindo também na imprensa paraibana. *O Emancipador* conclamava as mulheres, em 1883, a se posicionarem contra a mazela da escravidão, “exemplo de torpeza” a que se viam constringidas as famílias, esses “maus hábitos” que penetravam “por essa parte da nossa casa” – as cozinhas e as senzalas – mantendo-as “na ignorância” e no “embrutecimento” e: “fazendo-nos desconhecer o laço moral que nos prende à humanidade” (BEZERRIL, 2013, p. 82-83).

Responsáveis pela educação da família, as mulheres deveriam então influenciar seus maridos, pais, irmãos e filhos e fazê-los partícipes da causa abolicionista. Às vésperas do decreto emancipador, o jornal *Arauto Parahybano* reportava reunião abolicionista organizada no Teatro Santa Cruz:

As distintas e ilustres senhoras residentes nesta capital e com especialidade as gentis paraibanas, dirigimos fervorosamente nossas preces, para que, na qualidade de mãe, esposa, filha e irmã, envidem seus generosos esforços em prol dos cativos, como tem tido por timbre fazê-lo em todos os nobres comedimentos, afim de que seja, no menor espaço de tempo possível, declarado este município livre. Esperamos não ser de balde o apelo, que tomamos a liberdade de dirigir as ilustres senhoras, em querer poderosamente confiarmos, como os anjos tutelares dos desvalidos escravizados (ARAUTO PARAHYBANO, Parahyba do Norte, 06 de mai. de 1888)¹⁴.

Com a aproximação do 13 de maio, mais matérias se avolumavam no mesmo sentido. Afirmavam os periódicos que a abolição estava próxima e apelavam aos sentimentos femininos.

¹³ “Liberdade ou Morte” -- É o grito que deve soar de todos os âmbitos do império do Cruzeiro; é o braço levantado milhões de vezes por milhões de povos. Semelhante aquela levantada as margens do Ypiranga, ele repercutirá, sempre e sempre, nas páginas da brasiliana história; aparecerá escrito nos livros de todos os povos, de todas as nações./ Liberdade! Por tua causa houve mártires, que se immortalizaram pela ação e pelo efeito, vultos que são apontados como paladinos baluartes, pela linguagem animadora e a deptos que somos todos nós, dispostos a vingar a afronta do carrasco que mil vezes tentou abater./ Deixe-se os mártires; não se lembrem a ingratidão dos homens, num dia festivo e de tamanha glória (...)/ Associei-me convosco, grandes lutadores, e abati-me pela causa; associe-me hoje e saúdo a deusa que chega, pronunciando as palavras de alguém no dia 25 de março:/ “Ava! Baqueou, e sem mais razões a treva se abriu para o sol da Liberdade! (...)”. (*Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 20 de maio de 1888).

¹⁴ “Segunda reunião abolicionista no teatro Santa Cruz”, *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 06 de mai. de 1888.

A matéria favorável à libertação dos escravos, intitulada “Luz e Harmonia”, de J. J. de Abreu, dirigiu-se às leitoras: “implorando-vos a vossa força, que vos vem do céu, o vosso amor que é bendito, o vosso riso que prende, a vossa caridade que consola, em favor de míseros escravizados” (“Luz e Harmonia”, VERDADE, Parahyba do Norte, 06 de maio de 1888.)

Além de demonstrar quanto a moral feminina poderia influenciar as decisões dos homens, o jornalista também afirmava:

Às vossas virtudes, aos vossos carinhos, ao amor dedicado, que consagras no lar à família, deve o homem a paz da sua consciência, as ações nobres da sua vontade. Pelos vossos hábitos brandos, nos acostumamos a brandura; pelo vosso amor praticamos o bem, procuramos engrandecer-nos para agradar-vos (VERDADE, 06 de maio de 1888).

O mesmo jornalista não hesita em atribuir responsabilidade às mulheres pela liberdade dos cativos:

São os vossos maridos, os vossos irmãos, os vossos filhos, a quem ensinais o trilho santo, que a desventura percorre, pedindo-lhe socorro para os que padecem que, para bem merecerem os vossos puros afetos, foram arrancar estes, ontem míseros cativos, à escuridão de uma treva, para entregá-los à luz de uma estrela – a liberdade (VERDADE, 06 de maio de 1888).

Pouco antes, em 29 de abril de 1888, o *Arauto Parahybano* registrava um encontro festivo, pró-abolição, organizado pelo Partido Liberal, com a presença daqueles paraibanos, entre eles algumas mulheres, que haviam concedido liberdade a seus escravos:

Os Srs. Affonso d’Albuquerque Maranhão, 18 escravos alforriados; Tenente Coronel Manoel Fonseca Galvão, 10 escravos alforriados; capitão Pedro Batista dos Santos, 2 escravos alforriados; uma senhora, 2 escravos alforriados; Pedro Albuquerque Maranhão, 2 escravos alforriados; D. Isabel Marques, 1 escravo alforriado; D. Getulia Coelho, 1 escravo alforriado. (ARAUTO PARAHYBANO, Parahyba do Norte, 29 de abril de 1888).

Anos antes, em 22 de junho de 1883, o jornal *O Emancipador* publicava nota elogiosa à

Exma. Sra. D. Ephigenia Lima – mãe do S. Othon Lima, sócia benemérita da Emancipadora¹⁵, por ter no dia de sua instalação passado gratuitamente carta de liberdade à sua escrava Luiza, e remetida a Diretoria desta sociedade para

¹⁵ Refere-se à organização abolicionista Emancipadora Parahybana.

ser por ela entregue a liberdade por ocasião de sua sessão solene. (EMANCIPADOR, Parahyba do Norte, 22 de junho de 1883).

Luzilá Ferreira também se refere ao envolvimento das mulheres pernambucanas em prol da emancipação (FERREIRA; ALVES; FONTES, 1999). É provável que este movimento tenha alcançado a Paraíba em virtude das aproximações, muitas vezes entrelaçadas por heranças familiares, entre os dois estados. Exemplo dessa possível relação foi a associação *Emancipadora Parahybana*, grupo abolicionista composto tanto por homens quanto por mulheres, que mantinha o periódico *Emancipador*¹⁶. No mesmo molde, havia um grupo abolicionista feminino no estado Pernambucano, *Ave Libertas*, dispendo de estatuto próprio e diretoria composta exclusivamente por mulheres e que em 1885 publicava seu próprio jornal de mesmo nome:

Apesar de tão pouco tempo de vida, ocupa esse pequeno, mas denodado grupo de senhoras um lugar vantajosíssimo na galeria das glórias de nossa pátria, impondo-se à admiração e à consciência pública de Pernambuco como na necessidade indeclinável e, aventuramo-nos a dizer, uma condição *sine qua non* para o movimento abolicionista do Brasil. (“Aos escravos”, AVE LIBERTAS, 08 de setembro de 1885, Recife *apud* FERREIRA; ALVES; FONTES, 1999, p. 211).

O jornal produzido pelas próprias mulheres, que se autodenominavam as “Prometheus Modernas”, pretendia “salvar seus irmãos escravos”, como se lê em artigo de Adelaide Porto: “Sou abolicionista, e jamais curvarei a frente perante o interesse mesquinho, que nos pôde trazer o cativo de nossos irmãos” (AVE LIBERTAS *apud* FERREIRA; ALVES; FONTES, 1999, p. 215).

Ao tratarmos de mulheres publicistas, estamos nos referindo às mulheres letradas em que o debate sobre a instrução foi essencial, pois as mulheres precisaram ser letradas e só então fazerem-se presentes nos jornais. Pois, embora se soubesse que elas deveriam ter esse tipo de competência, as comunidades de leitores e tradições de leitura iriam variar conforme a sociedade. De acordo com Chartier (1999, p. 13), “os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito”. Sabia-se que havia uma dificuldade em encontrar esses espaços de atuação feminina, visto o silêncio dos arquivos, pois, como afirma Perrot (2005), o “olhar dos homens sobre os homens” os

¹⁶ A edição de 22 de junho de 1883 faz referência à primeira reunião da Sociedade Emancipadora Parahybana no dia 25 de março de 1883.

interesses femininos acabam no esquecimento, sempre perseverando o olhar masculino sobre os debates travados (SILVA, 2020, p. 64-65).

Estas mulheres faziam da causa abolicionista o caminho de sua própria emancipação. Apelavam à noção de progresso e insistiam nos preceitos vindos do século dos direitos e expostos ao mundo pela Revolução Francesa. Desse modo, manifestava-se D. Ernestina Bastos no *Ave Libertas*, em 1885: “Libertaremos a pátria ou morreremos na luta, abraçadas à bandeira da abolição, que é a do progresso e da civilização [...] Sejamos as mártires do presente para sermos as heroínas do futuro” (“Aos escravos”, *AVE LIBERTAS apud FERREIRA; ALVES; FONTES*, 1999, p. 212).

Assim, essas vozes que compartilhavam dos ideais revolucionários franceses, bem conhecidos na atmosfera brasileira ao longo de todo o século XIX, reivindicaram para a mulher um outro estatuto, o de sujeito de sua própria emancipação, confirmando, juntamente com os princípios *políticos* declarados pelos franceses em 1789, liberdade e igualdade, os argumentos para as primeiras lutas femininas.

Ao final do século XIX, na primeira reunião da *Sociedade Emancipadora Parahybana*, no dia 25 de março de 1883, a França era referida como a pátria da liberdade, conforme o Extrato do discurso proferido por J. J. E. da Silva e publicado no jornal *Emancipador*, em 22 de junho de 1883: “Essa revolução [francesa] terá sempre um grande mérito na história, por ter sido logo em seu começo quem primeiro lançou ao mundo o verbo dos direitos do homem e o *fiat* da liberdade”.

Se a teoria de Stuart Mill, em o *Governo Representativo*, e as obras de Mary Wollstonecraft, como “Reinvindicação dos Direitos das Mulher”, serviram para introduzir o tema do indivíduo-cidadão, e se o exemplo da luta feminina pela extensão do voto às mulheres nos Estados Unidos da América não passou sem elogios, foi o imaginário revolucionário francês que mais mobilizou a sensibilidade dessas publicistas brasileiras no final do século XIX, como se pode ler no artigo de Ismênia Maria Duarte Pinheiro: “Quando a revolução Francesa de 1789 estendeu aos cinco ventos do Universo a sua gloriosa bandeira, a mulher dava exuberantes provas de que foi predestinada para as grandes lutas sociais, para o futuro da democracia moderna” (“O Abolicionismo”, *Ave Libertas*, Recife, 08 de set. de 1885 *apud FERREIRA; ALVES; FONTES*, 1999, p. 214).

Muitas dessas mulheres associaram a luta pela emancipação feminina também à defesa da República. Maria Amélia de Queiroz,¹⁷ outra participante do movimento, fazia parte do Clube do Cupim¹⁸, “uma sociedade secreta fundada na década de 1880, no Recife, e liderada por José Mariano¹⁹, que alforriava, defendia e protegia os escravos” (VAINSENER, [21–]20). A autora manifestava-se em favor dos cativos e contra a Monarquia: não são muitos, afirmava ela em 1887, que acreditavam que “uma monarquia pervertida, anacrônica, cheia de vícios e misérias, pôde perdurar e introduzir impunemente na consciência de um povo o aviltamento e o opróbrio, com o fim de arruinar o seu organismo social”. E concluía seu discurso associando mais uma vez a emancipação feminina à luta pela abolição da escravidão e pela construção da República:

Eu venho nesta ocasião oportuna protestar solenemente contra a inércia, indiferentismo e desânimo em que até hoje tem vivido a mulher infelizmente no Brasil. É preciso, minhas amáveis patricias, que a mulher se convença de uma vez para sempre, que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas. A mulher também é capaz de grandes e altos cometimentos. Vinde! Vinde, pois, minhas amáveis Patricias! Vamos! É nosso dever trabalhar para a reconstrução de nossa pátria, a fim de mais tarde entregarmos aos vindouros uma pátria mais livre, enriquecida de tradições brilhantes e feitos gloriosíssimos (FERREIRA; ALVES; FONTES, 1999, p. 223).²¹

Após a abolição, os jornais enalteciam o 13 de maio, apresentando matérias escritas pelas próprias mulheres, como foi o caso de Aquilina d’Oliveira, que publicou o poema “Saudação”.

¹⁷ “A família de Amélia, e ela própria, era uma real a fronta aos costumes. Costumes estes que comumente tomavam as mulheres como a fruta podre de uma cesta, malignas, sedutoras, mais suscetíveis à ação do mal. Vale perceber que mesmo sendo filho ilegítimo de um padre, pai de uma moça desonrada e avó de duas crianças ilegítimas, Clóvis Beviláqua (marido de Amélia) não deixou de ser um respeitado jurista e intelectual. Que mesmo defendendo pautas polêmicas, como o divórcio, ainda assim, não deixou de ser bem visto pela sociedade de sua classe. Foi, portanto, sobre Amélia que recaiu a culpa de sua família ser como era” (SILVA, 2020, p. 86)

¹⁸ Com a abolição no Ceará, em 1884, João Ramos, maranhense que vivia em Recife, fundou o *Clube do Cupim* no mesmo ano. Era uma associação clandestina que se reunia em locais diversos e chegou a ter mais de trezentos participantes. Sobre esta associação ver GASPARG, Lúcia. *Clube do Cupim*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 10 dez. 2012.

¹⁹ José Mariano Carneiro da Cunha, formado da Faculdade de Direito de Recife, na mesma turma de Joaquim Nabuco, em 1870. Fundou o jornal *Província*, e fora membro do Clube do Cupim juntamente com Maria Amélia, Leonor Porto, Joaquim Nabuco, Barros Sobrinho, João Ramos, Alfredo Pinto, Phaelante da Câmara e Vicente do Café. Ver VAINSENER, Semira Adler. *José Mariano*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 10, dez. de 2012.

²⁰ VAINSENER, Semira Adler. *Maria Amélia de Queirós*. (Texto extraído no site da secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco). [21–]. Disponível em: www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/mulher15. Acesso em: 10 dez. 2012.

²¹ Conferência realizada por Maria Amélia de Queiroz no *Teatro de Variedades de Pernambuco*, em favor da redenção dos cativos, em 25 de setembro de 1887 (FERREIRA; ALVES; FONTES, 1999, p. 223).

Saudação: Salve! 13 de maio!/ Salve! Dia memorável, em que o santo brado da Liberdade ecoou por todo Brasil!/ Salve! Dia majestoso, em que um novo sol, dardejando seus raios vivificadores no solo brasileiro, desfez a medonha escuridão em que se achavam imersos os infelizes apelidados cativos!/ Salve! Oh! Brasil Livre!/ O manto negro que te envolvia, já não enluta tão belo céu!/ Nas tuas plagas já não encontra eco esse lúgubre vocábulo escravidão!/ Salve! Pois oh! Brasil Livre! (ARAUTO PARAHYBANO, Parahyba do Norte, de 20 de maio de 1888)²².

A já citada “Anônima paraibana”, no mesmo jornal, elogiava o momento emancipador: “Associo-me convosco, grandes lutadores, e abati-me pela causa; associo-me hoje e saúdo a deusa que chega” (“Liberdade ou Morte”, *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, 20 de maio de 1888). Ao registrar o seu posicionamento e sua adesão ao movimento, possivelmente a escritora-leitora busca convencer as demais leitoras à participação.

Ainda após a abolição, estas mulheres continuaram escrevendo para os jornais, como o fariam em nome da causa republicana: “Avante democratistas e abolicionistas”, exortava o poema “A escravidão”, de Ignez de Almeida Pessoa, em 1892, “Avante republicanos corajosos” (“Escravidão”. *Ave Libertas apud* FERREIRA & ALVES & FONTES, 1999, p. 214) Inicialmente guiadas pela bandeira da abolição e pelo universalismo dos direitos já defendidos na configuração do novo estado brasileiro que então se firmava, intensificava-se a participação das mulheres em várias associações e periódicos, trazendo ao debate público a questão da extensão da cidadania por meio do sufrágio (BEZERRIL, 2013, p. 87-88).

Considerações finais

O texto apresentado buscou dar visibilidade às escritas das mulheres nos jornais, onde puderam deixar registradas as suas impressões a respeito das ideias republicanas, que, por meio dos escritos, poderiam ter adesão de outras leitoras ao movimento que defendiam, já que “a leitura – que raramente deixa marcas, e que, ao dispersar-se em uma infinidade de atos singulares, liberta-se de todos os entraves que visam submetê-la” (CHARTIER, 1999, p. 11).

Os jornais possibilitam compreender, ao longo de todo o debate, o quanto as mulheres estavam reivindicando participação na vida política e a oportunidade de intervir na construção da sociedade moderna que estava sendo proposta. Elas queriam agir e intervir nessa nova sociedade que se apresentaria no advento da República, esta que necessitava de novos paradigmas e, a qual, elas estavam dispostas a reconfigurar com a construção dessa nova Mulher. “Algumas ousaram tomar para si a responsabilidade de circunscrever os limites de uma

²² “Saudação”, assinado por Aquilina d’Oliveira, no jornal *Arauto Parahybano*, Parahyba do Norte, de 20 de maio de 1888.

feminilidade nova e coerente com as necessidades recentes, repensando o lugar social da maternidade, o papel da mulher na política, o problema da escolaridade, as falácias médicas sobre seu corpo e inteligência (SILVA, 2020, p. 11).

Com base nessas discussões, podemos refletir sobre as dificuldades de encontrar fontes com a existência política dessas mulheres e refazer seus caminhos nessas empreitadas. “Nesse sentido e pensando num Brasil em que as mulheres não tinham direito à herança, tutela jurídica dos filhos, acesso pleno ao ensino superior ou direito ao voto, a possibilidade de escrever e tornar pública opiniões que antes estariam enclausuradas no mundo privado é a demonstração de uma ousadia feminina milenar” (SILVA, 2020, p. 84). Assim, a participação das mulheres nos jornais do XIX mostra como essas publicistas trabalhavam no propósito de emancipar as mulheres dos limites patriarcais. A imprensa lhes serviu como espaço de tribuna, lugar onde é possível compreender uma comunidade de leitoras, dando visibilidade ao que escreviam ou pensavam em uma determinada época e lugar. Outrossim, possibilita aos pesquisadores(as) que tratam desse material como objeto e/ou como fonte de pesquisa adentrarem na cultura letrada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVES, B. M. **Ideologia & feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.
- ARAUTO PARAHYBANO. Parahyba do Norte, 20 de maio de 1888.
- BEZERRIL, F. D. de F. **Vozes femininas**: mulheres publicistas nos jornais do norte brasileiro (1880-1892). 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BUITONI, D. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Sumos, 2009.
- CARVALHO, M. F.M. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, L. M. B.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (org.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A e FAPERJ, 2006.
- CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, Rio de Janeiro, ano 02, v. 01, n. 03, jan./jun. 2011.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Tradução: Mary Del Priori. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

COELHO, N. N. A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina: século XIX. Publicado na revista **Kplus**, n. 28, [21--]. Disponível em:

http://www.kplus.com.br/indice_geral.asp?rv=Literatura. Acesso em: 10 maio 2010.

COSTA, C. R. da. **A revista no Brasil, o século XIX**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24042009-152705/>. Acesso em: 15 jul. 2012.

CUNHA, J. M. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, [21--]. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 10 dez. 2012.

EMANCIPADOR. Parahyba do Norte, 28 de abr. de 1883.

FERREIRA, L. G.; ALVES, I.; FONTES, N. R. **Suaves amazonas**: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste. Recife: Ed. UFPE, 1999.

GASPAR, L. Clube do Cupim. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, [21--]. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 10 dez. 2012.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1852.

LIMA, S. L. L. Imprensa feminina, revista feminina: a imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2219/1320. Acesso em: 10 jan. 2023.

MELLO, E. C. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1812 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MUZART, Z. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2003. DOI: 10.1590/S0104-026X2003000100013.

NASCIMENTO, C. V. do. Francisca Senhorinha da Motta Diniz: movimento feminista no magistério e na imprensa. In: FARIA FILHO, L. M.; INÁCIO, M. S. (org.). **Políticos, literatos, intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2009.

OLIVEIRA, K. da R. **Josephina Álvares de Azevedo**: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MINC, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, M. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

- ROCHA NETO, M. P. da. JORNAL DAS MOÇAS (1926-1932): imprensa feminina no sertão norte-rio-grandense. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 9, n. 19, p. 141-146, maio/ago. 2008.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SENA, F.; CRUZ, A. R. S. Correio das Modas e Novo Correio das Modas: modos de ser mulher em Lisboa e no Rio de Janeiro do século XIX. **Graphos**, João Pessoa, v. 14, p. 67-80, 2012.
- SENA, F.; MACHADO, C. José dos Santos. Boas Leituras às mulheres Lusitanas: O Beija-Flor, jornal português à brasileira, dedicado à instrução e recreação. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 2, p. 69-79, 2014.
- SILVA, G. C. da. **Intelectuais à pernambucana: a revista *O Lyrio* como espaço emancipatório da produção intelectual feminina no Recife (1902-1904)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VAINSENER, S. A. **Maria Amélia de Queirós**. Acervo da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, [21--]. Disponível em: www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/mulher15. Acesso em: 10 dez. 2012.
- VERDADE. Parahyba do Norte, 06 de maio de 1888.

Sobre os autores

Fernanda Daniella de França BEZERRIL

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Charliton José dos Santos MACHADO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professor Titular lotado no Departamento de Metodologia da Educação - DME, no Centro de Educação/CE. Doutorado em Educação (UFRN). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C.

Fabiana SENA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professora Associada III, no departamento de Metodologia da Educação e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Letras (UFPB).

Isabela Nathália Nunes TRISTÃO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. Bolsista FAPESQ/PB.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

